

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2017/2019

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal -

DATA: 12/09/2018

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 14h00 - TÉRMINO: 17h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 12ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2017/2019, realizada no dia 12 de setembro de 2018, no anfiteatro da UNIDAM. Constatado o quórum, a Presidente Silvia Lúcia V.C. Merlo deu início aos trabalhos às 14h15min.

Estavam presentes na reunião os seguintes membros titulares: Silvio de Toledo Pinheiro, Líliana C. Palhares, Marcia M. Torolio, Yone G. Candiotto, Luiz de Vries, José do Café Rodrigues, Nivaldo J. Callegari, Silvia Lúcia V.C. Merlo, Sabrina Olivato de Lucci, Yolanda Fernandez Páez, Manoel G. Ruiz, Flávio Gramolelli Junior, Rafael Irineu Castelli, Vitor C. Martins, Takeshi Sakanaka, Rosemeire Ap. Moreira, Alessandra M.T. Ferrarini e Pedro Sérgio Pontes.

Membros suplentes presentes: Giorgio Di Rito, Alex P. Pinto, Melina Santos, Carlos Eduardo M. Pereira, Andrea Mourad.

Como convidados : Srs/sras. Aline Cannataro de Figueiredo, Diretora de Meio Ambiente da PMJ, Prof. João Vasconcellos Neto, Adriano Jhonny Molina Zonaro da UGPUMA, Ana Luiza Nory, proprietária de lotes da extinta Fazenda Vigorelli, Dr. Renato, advogado de Ana Luiza Nory, Pedro Alessandro da Sol Consultoria, Vânia de F. P. Nunes da Fundação Serra do Japi, Daniel Silva do Sindicato dos Metalúrgicos, que substituirá o conselheiro Wilson R. Silva e Luiz A. Zambon, Diretor de Conselhos.

Justificaram suas ausências os seguintes membros titulares: Adriano Prochowski, Graciela S. C. Testa, Flávia R. P. Tirlone, Heloisa da Graça Buratti e Geane C. S. Barbosa, cuja ausência na última RO também está justificada.

Estavam ausentes sem justificativa os seguintes membros titulares: Wilson R. Silva, Dirceu F. Cardoso, Maria Carolina H.D.e Simões, Edineia S.Romano, Antonio Carlos Baldasso, Thiago S. Zucon, Marlene Beltrame, Hélio Carletti Frigeri, Anderson Luiz Araújo e José Augusto Bravo.

Iniciando a sessão a Presidente Silvia, abordou a questão da necessidade de outro local e horário para nossas reuniões, dadas as limitações da UNIDAM. Conselheira Rosemeire, da DAE, sugeriu e verificará a possibilidade de se usar o auditório do Parque da Cidade. Em seguida foi tratado do primeiro item da pauta submetendo a ata da reunião anterior e a ata da primeira Reunião Extraordinária à aprovação da plenária e como não houve nenhuma manifestação contrária, ambas foram aprovadas.

Conselheiro Pedro fez uma correção relativamente à informação constante na ata da última RO, dele próprio, sobre Proc. 8.524/2018 - Pedido de diretrizes viárias – Av. Aristides Carra (moradores do Alto do Cafezal), de que uma araucária não possibilita transplante, pesquisou e verificou que há possibilidade sim, embora a um alto custo e baixa taxa de sucesso.

Na sequência foi apresentada minuta de ofício a ser enviada à UGISP referente ao GERESOL, que foi aprovada, tendo sido sugerido que se acrescentasse também o problema do pó que ocorre nas operações daquele centro. Foi apresentado também Edital de Chamamento para formação de Conselho Consultivo Unificado, biênio 2018-2020, das APAs Jundiá, Cabreúva e Cajamar. Sobre este último fato a Conselheira Yolanda questionou o motivo pelo qual a Prefeitura não nos informou sobre isso e Conselheira Rosemeire informou que esta é uma ação estadual.

Em seguida a nova Diretora de Meio Ambiente, Sra. Aline C. Figueiredo, se apresentou e informou que iniciou seu trabalho na Prefeitura levantando processos de **desapropriação** em aberto no Território da Serra do Japi, encontrando três matrículas da Vigorelli, considerando uma delas prioridade e que, embora não façam parte da REBIO, são áreas contíguas e de grande relevância ambiental. Valor acordado com a atual proprietária: R\$ 677.000,00, pretendendo solicitar autorização para que a transação seja feita com recursos do FMCQA. A seguir o Professor Vasconcelos que a acompanhava fez breve apresentação da fauna e flora encontradas na referida área, ressaltando a importância da expansão territorial da área protegida da Serra do Japi para manutenção de espécies únicas ali encontradas, tornando a área em questão prioritária para **desapropriação**. Conselheiro Flávio solicitou posição dessa matrícula no contexto geral, informando que as prioridades são para áreas dentro da REBIO em razão de fiscalização ali existente e que áreas de fora ficariam abandonadas. Questionou também se providenciaram dotação orçamentária para desapropriações e a resposta foi que não. Acrescentou ainda que o valor estimado para o FMCQA atualmente não cobriria 50% do valor para realização de todas as desapropriações necessárias. Aline, então, esclareceu que a motivação para essa aquisição, além da importância da biodiversidade, atenderia a um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), firmado com o Ministério Público, que a Prefeitura tem que cumprir. Foi levantada a questão de que as matrículas da Vigorelli estão bloqueadas pela justiça, mas o Dr. Renato, advogado da empresa, juntamente com a atual proprietária, Sra. Ana Luiza, esclareceu que a área em questão foi recentemente liberada, pois o valor ajustado com o credor é coberto pelo valor da propriedade. Questionada pelo Cons. Pedro, a Diretora informou que o preço unitário adotado foi de R\$ 3,50/m². Ana Luiza falou de sua intenção de preservar as áreas com placas indicativas de propriedade particular, cercas (Sr. Adriano da UGPUMA, também presente, informou que está orientando formas corretas, para não impedir fluxo gênico da região). Cons. Flávio pensa que a Prefeitura não consegue cuidar de tamanha área, e citou exemplo da Cachoeira Morangaba. Conselheira Liliana acredita que ocorram invasões por pensarem tratar-se de área pública e que uma vez identificada a propriedade particular, a área estaria melhor protegida. Cons. Pedro questionou se estas matrículas não se tratam das mesmas já analisadas anteriormente e foi esclarecido que não; Sr. Adriano afirmou que o presente caso trata-se de **aquisição** pela Prefeitura. Vânia adiantou que também será necessário uso do Fundo para efetuar manutenção de trilhas e de estradas rurais, que são diferenciadas e também as cachoeiras necessitam de atenção especial dado o uso diversificado e indevido do local. Aline esclareceu que dotação orçamentária é providência que demanda muito tempo e que uso do recurso do fundo tem previsão para aquisição de interesse conservacional, dizendo ainda que o uso indiscriminado de áreas públicas decorre de problemas culturais. Cons. Pedro manifestou-se informando que não recebemos a atualização do FMCQA, sendo o último informe enviado apenas um balancete de 2016, o que não é satisfatório e que

muitos questionamentos foram feitos à PMJ, sem que haja resposta. A Presidente tomou a palavra solicitando que o ICMS Verde seja separado das demais receitas para que o valor seja conhecido. A importância estimada do fundo atualmente não seria suficiente para atender todas as demandas para uso dessa verba e, ainda, diversos fundos foram criados com valores oriundos de fontes que seriam da qualidade ambiental e agora que a Prefeitura necessita do dinheiro vem nos solicitar. Lembrou também que diversos eventos que ocorrem no Território da Serra deveriam ser taxados a título de compensação e que isso também traria maior valorização pelos usuários. Quanto às providências que o atual proprietário das áreas da Vigorelli está tomando não é nada além de sua obrigação constitucional (art. 225 CF) e que veio tardiamente, pois até hoje foi o Município que arcou com os custos dos danos causados pelo descuido da propriedade. Vânia informou que em outubro ocorrerão alguns eventos na Fundação e que nos enviará comunicação. Prof. Vasconcelos elogiou a discussão democrática sobre todos os assuntos, que são importantes e precisam ser discutidos, mas pediu atenção para a relevância da área ser adquirida e que as questões “políticas” poderiam ser superadas. Definido que o processo será enviado ao COMDEMA/CTFMA para análise dentro de uma reunião futura, com toda documentação pertinente.

Em seguida Sr. Luiz Zambon informou que o processo de alteração da composição do COMDEMA está de acordo com a legislação e que ofícios já foram encaminhados aos setores da saúde (zoonoses/vigilância sanitária), FATEC, serviços públicos, mobilidade e transporte, agronegócios e Fundação Serra do Japi. Cons. Nivaldo sugeriu que os representantes desses setores já poderiam participar das reuniões para se familiarizarem.

Para o próximo item da pauta Cons. Vitor trouxe o Parecer Técnico do **Processo nº 30.240/2017** – aprovação de regularização fundiária de interesse social da Vila dos Sonhos, localizada na Rua Idalina Gonçalves Dias, s/nº - Jd. São Camilo (beneficiada pela Lei Federal nº 13.645 de 11/06/2012). Foi verificado que já possuem infraestrutura e que a ocupação já acontece há 45 anos. Sendo assim o parecer foi favorável e a plenária aprovou.

Em seguida, o Cons. Vitor apresentou o relatório da CTUOS sobre vistas ao **processo nº 4.123-3/2010 – Reserva Marajoara**. O Cons. Nivaldo lembrou a todos que os processos administrativos relacionados a loteamentos em áreas urbanas (como é o caso) não tem obrigatoriedade de serem encaminhados ao COMDEMA para análise, de acordo com a legislação. O relatório apresentado, em seu inteiro teor, segue abaixo:

VISTAS AO PROCESSO 4.123/2010 – RESERVA MARAJOARA

EM 3 DE SETEMBRO DE 2.018

Dada vista ao processo em referência, esta Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo verificou que:

1. O empreendimento conta com diretrizes emitidas em 22/12/2008, através do processo 12.330/2005 e de acordo com a Lei 416/04, vigente na época. A Diretriz obrigava a manutenção de 10% de áreas verdes, conforme o artigo 67 da Lei 416/04. A Lei ainda permitia, no local, lotes menores que 1.000m² desde que a diferença entre a área do lote pretendido e o lote mínimo (1.000m²) fosse incorporada à área verde.
2. Em 2010 a lei 416 foi revogada e a Lei vigente passou a ser a 7503/2010, com a obrigatoriedade de manutenção de 20% de áreas verdes nos empreendimentos, de maneira a compatibilizar-se com o Decreto da APA ((Decreto Estadual 43.284/98). Com a edição da Lei 7.858/12 o percentual de áreas verdes em empreendimentos continuou em 20%, assim como está até hoje, na Lei 8.683/16.

3. O projeto foi pré-aprovado em 7/11/2011, com a emissão da respectiva Certidão.
4. Em 25/06/2012 a CETESB solicitou compensação ambiental equivalente a 6 vezes a área suprimida.
5. Projeto foi aprovado, em substituição, em 15/09/2017.
6. A folha 320 do volume 4 traz o termo de ajuste firmado com a CETESB. A compensação foi feita em 477.300m² (47,73ha) na Fazenda Santa Marta em 5/04/2018, conforme folha 409 do volume IV do processo.
7. O Alvará do empreendimento foi expedido em 26/06/2018.
8. Em consulta à Cartografia Oficial do Estado de São Paulo (IGC) não foram verificadas nascentes no local.
9. A Anuência prévia do IBAMA, número 5/16, foi expedida em 1/11/2016, conforme folha 33 do volume III do processo.

Após essa exposição, Cons. Pedro fez apresentação de sua manifestação absolutamente indignada acerca do Reserva Marajoara, retirando de sites públicos imagens de cano drenando o lago formado pelo córrego, passagem de máquinas sobre o leito do córrego e diversos depoimentos extremamente revoltados e questionadores acerca do que ocorre naquele local, contestando todo o aparato legal (aprovações da CETESB, DAE, PMJ, além da legislação vigente, Câmara de Vereadores, COMDEMA), em vista da realidade apresentada. A plenária demonstrou compartilhar desses sentimentos e Pedro propôs elaboração de uma moção de repúdio ou deliberação de embargo da obra, mas segundo o Cons. Nivaldo, o projeto foi aprovado à luz da lei. Foi levantada a questão da compensação feita pelos proprietários do empreendimento, muito maior que o exigido, mas em área que já é preservada (Fazenda Santa Marta), o que levou à discussão de que compensações deveriam ocorrer em áreas degradadas e que também quando ocorrer desmatamento, que seja de forma mais organizada/programada. De qualquer forma Nivaldo sugeriu que só se tome uma atitude após a apresentação da CETESB sobre como ocorreu essa aprovação. Sugestão foi aceita e ofício será enviado, e foi proposto que se faça uma reunião extraordinária para isso.

No sexto item da pauta, **processo nº 20.300/2018**, pedido de recurso para castração de animais com uso de recursos do FMCQA (compra de serviços cirúrgicos), Cons. Pedro trouxe uma sugestão: que se use o fundo da saúde, cujo saldo atual é de R\$ 34 milhões, mas o Cons. Rafael informou que a parte animal no Fundo da Saúde contempla apenas vacinação. Assim o processo será analisado para emissão de parecer, sendo que a Cons. Marcia propôs que seja pensado na possibilidade de atendimento a esse pedido, mediante a apresentação de um projeto consistente de educação contra o abandono, maus tratos e controle da natalidade.

Último item da pauta, Comissão Permanente de Combate a Incêndios, por falta de tempo, será apresentada na próxima reunião.

Foram distribuídos os seguintes processos para análise da CTUOS:

- a) Processo nº 23.858-8/2016-1 – Murilo Fornari Marinho – Edificação à Rua Paulo de Faria, s/nº, quadra 5, lote 8 – Capital Ville I;
- b) Processo nº 32.375-7/2009-1 – Hilda Torezin Fava e outros – Desmembramento de área à Av. Humberto Cereser, s/nº - Caxambu e
- c) Processo nº 6.174-9/2003-1 – Cesar Harada e Outros – Regularização de desmembramento à Estrada Municipal Santa Clara, 4015 – Condomínio Santo Antonio – Santa Clara.

E para a CTFMA:

- a) Processo nº 10.501/2012 – Prestação de Contas do Fundo Ambiental; e
- b) Processo nº 17.740/2018 – Concurso de ideias para o vale do Rio Jundiá

Nada mais havendo a ser tratado, às 17h20 a reunião foi encerrada e eu, Marcia Moraes Torolio, lavrei esta ata, que será remetida aos Conselheiros e submetida a aprovação na próxima reunião e permanecerá em pasta específica, arquivada em ordem cronológica, a fim de permitir a adequada instrução dos procedimentos submetidos ao exame do conselho.

De acordo:

CONSELHEIROS	ENTIDADE	ASSINATURA
Adriano Prochowski	Associações Diversas	
Alessandra Maria T. Ferrarini	Delegacia de Ensino	
Alex Pereira Pinto	Entidades Comun. de Bairros	
Aline B. dos S. Migliorini	Escolas Particulares	
Anderson Luis de Araújo	UGISP	
Andréa Mourad	UGADS	
Angelina Maron	Associações Diversas	
Anísio Brunholi	Entidades Comun. de Bairros	
Antonio Carlos Baldasso	FUMAS	
Antonio Odair Santos	IAC	
Bruno Ceneviva Fornazari	Casa da Agricultura	
Bruno Mendes da Rocha	Defesa Civil	
Carlos Eduardo Moraes Pereira	DAE S.A.	
Cláudia Debroy de Campos	DAE S.A.	
Creusa Anita Costa	Associações Diversas	
Dirceu Francisco Cardoso	Sindicato dos Trabalhadores	

Edineia da Silva Romano	UGISP	
Emerson Vagner Pereira	UGISP	
Erich de Castro Dias	UGPUMA	
Fernando Sampaio Rodrigues	Associações Diversas	
Flávia Regina P. Tirlone	Casa da Agricultura	
Flávio Gramolelli Junior	Escolas Particulares	
Francisco Fransber S. Bezerra	Associações Diversas	
Geane Cleia S. Barbosa	UGE	
Leemima Rojas Yoshioca	FUMAS	
Gilmar da Costa Vaqueiro	Associações Diversas	
Giorgio Di Rito	Sindicato Patronal	
Giorgio Schavinato	UGISP	
Graciela Silva Carvalho Testa	Associações Diversas	
Hamilton José Bernussi	UGE	
Hélio Carletti Frigeri	CIAS	
Heloisa da Graça Buratti	UGADS	
José Augusto Bravo	Polícia Ambiental	
José do Café Rodrigues	Entidades Comun. de Bairros	
José Edson Machado	Polícia Ambiental	
Leandro César Viana Reis	Sindicato dos Trabalhadores	
Leila Cardoso Serpa	UGPS	
Liliana Capobianco Palhares	Sindicato Patronal	
Luiz de Vries	Entidades Comun. de Bairros	
Manoel Granado Ruiz	Ong's	

Márcia Moraes Torolio	Entidades Comun. de Bairros	<i>Marcia Moraes</i>
Maria Carolina H. D. e Simões	DAE S.A.	
Maria Izabel de O. Eiras	Delegacia de Ensino	
Mariana C. A. de Araújo	UGPS	
Marlene Beltrame	UGPS	
Mauro Renato P. Orsi	Associações Diversas	
Melina Santos	UGPUMA	
Michele Camila Chinellato	CIAS	
Osvaldo José Callegari	Associações Diversas	
Pedro Sérgio Pontes	IAC	
Rafael Irineu Castelli	UGPS	
Rodrigo Pavan Rodrigues	Entidades Comun. de Bairros	
Rosemeire Aparecida Moreira	DAE S.A.	
Sabrina Olivato de Lucci	Associações Diversas	
Sílvia Lúcia V. C. Merlo	Associações Diversas	
Sílvio de Toledo Pinheiro	Sindicato Patronal	
Flávio Scarabello Filho	UGPUMA	
Takeshi Sakanaka	Defesa Civil	
Thabada K. Y. Tirelli	Sindicato dos Trabalhadores	
Thiago da Silva Serafim	Corpo de Bombeiros	
Thiago Sciffo Zucon	Corpo de Bombeiros	
Vitor Cesar Martins	UGPUMA	<i>Vitor Cesar Martins</i>
Wilson Ribeiro da Silva	Sindicato dos Trabalhadores	
Yolanda Fernández Páez	Ong's	
Yone Guatta Candiotta	Entidades Comun. de Bairros	